



Fls nº 138

Rúbrica

ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

CONTRATO Nº 087/2021.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM QUE, ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA E, DO OUTRO, CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO XIII DO ART. 24 DA LEI 8.666/93, Dispensa nº 012/2021.

A **PREFEITURA DE ITABAIANA**, Situada na Praça Fausto Cardoso, 12, nesta cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.104.740/0001-10, neste ato representada pelo Sr. Adailton Resende Sousa, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do CPF sob o nº 357.737.905-72 e portador do RG nº 782.036 SSP/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, o **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**, pessoa jurídica de direito civil, constituída como associação civil, sem fins econômicos, que tem por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registrada em Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA em diversos municípios, entidade reconhecida como beneficente de assistência social, certificada pelo Ministério do Desenvolvimento Social– MDS, com sede na Rua Tabapuã nº 540, Itaim Bibi, CEP 04533-001, em São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.600.839/0001-55 e com Unidade de Operação em Aracaju/SE, CNPJ nº 61.600.839/0013-90, neste ato representado pelos procuradores abaixo assinado, doravante denominado **CONTRATADA**, e com fulcro no ato que autorizou a lavratura deste Contrato e da respectiva modalidade de contratação, e regido especialmente pelo artigo 24, inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este Contrato estabelece Cooperação Recíproca entre as partes, visando a contratação de empresa de prestação de serviços para Contratação de menores aprendizes que atuarão junto à Prefeitura do Município de Itabaiana, para o desenvolvimento de atividades conjuntas, que propiciem a promoção da integração do Aprendiz ao mercado de trabalho e a sua formação para o trabalho, de acordo com a Constituição Federal vigente Art. 7º, Inciso XXXIII, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/98, Art. 203, Inciso III e Art. 214, Inciso IV, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, título III, capítulo IV, seção IV, entendida a aprendizagem como estratégia de formação técnico profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do adolescente/jovem.

1.2. O curso, objeto da Aprendizagem, foi elaborado em conformidade com a Portaria 723, com nova redação dada pela Portaria 634 de 09/08/2018, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 23/04/2012, e pela Portaria 1.005 de 01/07/2013 e depositado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município em que será executada a aprendizagem e na Superintendência Regional do Trabalho, conforme resolução expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

1.3. A atuação da **CONTRATADA** está fundamentada na hipótese que trata o artigo 430 da CLT, Inciso II do Decreto–Lei n.º 5.452 de 01/05/43, com nova redação dada pela Lei n.º 10.097 de 19/12/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.579 de 22 de novembro de 2018, e no artigo 431 da CLT, em que a contratação do aprendiz poderá ser efetivada supletivamente pela entidade sem fins lucrativos, caso em que não gera vínculo de emprego com a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA - Caberá à CONTRATADA:

- contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de formação profissional dos aprendizes;
- encaminhar à **CONTRATANTE**, os adolescentes/jovens cadastrados e interessados nas oportunidades de aprendizagem;
- formalizar o Contrato de Aprendizagem, incluindo:
 - esclarecimentos aos pais ou responsáveis do adolescente/jovem;
 - esclarecimentos ao adolescente/jovem aprendiz;
- assegurar ao aprendiz os seguintes direitos e benefícios previstos nos artigos da CLT que tratam do Contrato de aprendizagem:
 - registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - garantia do salário mínimo hora mensal, salvo condição mais favorável;
 - férias de 30 dias, observados os termos da legislação aplicável, especialmente a IN 146, de 25 de julho de 2018.
 - Contrato de aprendizagem com duração máxima de até dois anos;
- manter programa de aprendizagem, desenvolvido por meio de atividades teóricas relacionadas às atividades práticas desenvolvidas nas dependências da **CONTRATANTE**, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária;





Fis nº 139

Rubrica

ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

- f) executar os programas de aprendizagem, ministrando os conteúdos teóricos, garantindo a articulação e complementaridade entre a aprendizagem teórica e prática, acompanhando a execução das atividades práticas no âmbito da **CONTRATANTE**;
- g) manter mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendiz;
- h) manter mecanismos para propiciar a permanência dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do Contrato de aprendizagem;

CLÁUSULA TERCEIRA - Caberá à CONTRATANTE:

- a) cumprir a legislação vigente e aplicável no que lhe competir, em especial conferir atividades práticas aos aprendizes contratados para preenchimento da cota legal a que está obrigada, bem como observar eventuais disposições aplicáveis expressamente aos aprendizes em Acordo ou Convenção Coletiva, cumprindo também tais normas coletivas;
- b) formalizar as oportunidades de aprendizagem em conjunto com a **CONTRATADA**, atendendo as condições definidas na Lei n.º 10.097/00, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 9.579/18;
- c) receber os adolescentes/jovens interessados, conduzir o processo seletivo e informar à **CONTRATADA** os nomes dos aprendizes aprovados;
- d) proporcionar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, propiciando atividades práticas correlacionadas com os conteúdos teóricos previstos no programa de aprendizagem;
- e) respeitar a condição peculiar do adolescente, como pessoa em desenvolvimento, conforme preceitua a Lei n.º 8.069 de 13/07/90 e a Portaria n.º 88 de 28/04/09, do MTE/SEFIT;
- f) oferecer a aprendizagem em ambientes adequados ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, que apresentem condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do Art. 405 da CLT;
- g) designar um orientador para receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o aprendiz durante o processo de aquisição de conhecimentos práticos, ou seja, dando suporte para a efetiva aprendizagem;
- h) garantir a devida participação do aprendiz na atividade teórica, que deve ocorrer em concomitância com as atividades práticas, para o efetivo cumprimento do programa de aprendizagem, sob pena de desvirtuamento do programa. A ausência injustificada superior a 25% (vinte e cinco por cento) nas atividades teóricas, que integram a jornada do aprendiz, ensejará na perda do Certificado de Qualificação Profissional;
- i) participar da formação teórica quando houver solicitação da **CONTRATADA** (aulas, palestras e visitas);
- j) colaborar com o monitoramento e avaliação do programa;
- k) garantir que o processo de transmissão de conhecimentos se faça metodicamente organizado, em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho;
- l) não atribuir ao aprendiz qualquer atividade que ultrapasse o limite da jornada diária;
- m) informar à **CONTRATADA**, de imediato, sempre que identificada irregularidade na frequência do aprendiz ao ensino regular, quando este estiver cursando o ensino obrigatório;
- n) participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação do aprendiz, fornecendo dados à **CONTRATADA**, quando solicitado;
- o) informar e solicitar a manifestação expressa da **CONTRATADA**, quando for identificada a possibilidade de rescisão antecipada do Contrato de aprendizagem, de acordo com as hipóteses previstas no Art. 433 da CLT;
- p) efetuar o controle e a anotação diária do horário de aprendizagem cumprido pelo Adolescente/Jovem Aprendiz, exigindo a sua assinatura em folha de controle de frequência;
- q) remeter, obrigatoriamente, até o dia 10 (dez) de cada mês, à **CONTRATADA** o Controle de Frequência das atividades práticas do adolescente/jovem Aprendiz, relativamente à competência anterior. A falta de apresentação no prazo estabelecido resultará no pagamento integral dos salários;
- r) efetuar a transferência de recursos à **CONTRATADA**, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;
- s) cabe, exclusivamente, à **CONTRATANTE** a elaboração e a consecução dos programas de segurança e saúde no trabalho previstos nas Normas Reguladoras n.ºs 7 e 9 (Portaria n.º 3.214/1978), em especial o PPRa, por força da Instrução Normativa 146, de 25 de julho de 2018. Sendo verificada condição insalubre ou perigosa nos locais de atividade prática dos aprendizes maiores de idade contratados em razão deste instrumento, uma cópia desses programas deve ser entregue à **CONTRATADA**, antes do início do desenvolvimento da aprendizagem, com vistas ao correto pagamento do adicional devido, dentre outras obrigações correlatas;
- t) repassar à **CONTRATADA** o valor integral dos exames complementares, por aprendiz inscrito no programa, em cumprimento a Norma Reguladora – NR 7.
- u) fornecer a cada adolescente/jovem o vale-transporte correspondente ao deslocamento entre sua residência e local de aprendizagem teórica e prática, na estrita quantidade de dias úteis previstos em cada mês, bem como realizar o respectivo desconto conforme a previsão legal.





Fis nº 140

Rubrica

ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES/VERBAS DE NATUREZA TRABALHISTA DEVIDAS AOS APRENDIZES

4.1. A cada jovem aprendiz inscrito no programa, será ressarcido à **CONTRATADA**, por mês trabalhado, os valores/verbas descritos no Anexo I deste Contrato, observada, ainda, toda a legislação aplicável quanto às verbas rescisórias.

4.2. A **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE preferencialmente**, até o dia 10 do mês subsequente, a prestação de contas, para fins de ressarcimento dos valores pagos dos salários, benefícios e encargos sociais, acompanhada da relação nominal dos adolescentes/jovens aprendizes.

4.2.1. As condições de contratação poderão ser alteradas mediante Termo Aditivo a este Contrato, especialmente se o teor de novas Convenções ou Acordos Coletivos forem aplicáveis expressamente aos aprendizes, ou sempre que alterados os valores de salário e de eventuais benefícios, por liberalidade da **CONTRATANTE** que obriga-se a comunicar imediatamente à **CONTRATADA**, na ocorrência de qualquer modificação.

4.3. A **CONTRATANTE** entende e concorda que os valores/verbas descritos no Anexo I deste Contrato, ressarcidos à **CONTRATADA**, por mês de trabalho dos aprendizes, assim como eventuais verbas rescisórias, referem-se às verbas de natureza trabalhista pagas a cada aprendiz em razão do Contrato de Aprendizagem firmado com a **CONTRATANTE** (estabelecimento cumpridor da cota legal de aprendizagem), sendo a **CONTRATADA** única e exclusivamente considerada como empregadora na forma supletiva, de acordo com a permissão trazida pela legislação vigente e aplicável.

4.3.1. Em razão do disposto na Cláusula 4.3 acima, a **CONTRATANTE**, em caso de eventual pedido de Recuperação Judicial ou Falência, obriga-se a classificar os valores/verbas descritos no Anexo I deste Contrato e eventuais verbas rescisórias, desde que efetivamente devidas aos aprendizes, comprovadas por meio de planilha atualizada elaborada pela **CONTRATADA** nesse sentido, como créditos decorrentes da relação de trabalho, nos termos do artigo 83, da Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES DEVIDOS À CONTRATADA

5.1. A **CONTRATANTE** efetuará, o pagamento no valor total estimado de R\$ 104.120,62 (Cento e quatro mil, cento e vinte reais e sessenta e dois centavos), em 12 (doze) parcelas mensais, conforme tabela abaixo, para o total de 08 (oito) jovens aprendizes.

Mês/ano	Agosto /2021	setembro /2021	Outubro /2021	Novembro /2021	Dezembro/ 2021
valor	R\$ 8.359,51	R\$ 8.359,51	R\$ 8.359,51	R\$ 8.359,51	R\$ 8.359,51

Mês/ano	Janeiro /2022	Fevereiro /2022	Março /2022	Abril /2022	Maió /2022	Junho /2022	Julho /2022
valor	R\$ 9.104,06	R\$ 8.869,84	R\$ 8.869,84	R\$ 8.869,84	R\$ 8.869,84	R\$ 8.869,84	R\$ 8.869,84

5.1.1. O pagamento da contribuição institucional deverá ser efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo estabelecido no item 11 do Anexo I deste Contrato sob pena de aplicação da penalidade constante na cláusula sexta abaixo.

5.1.2. A **CONTRATANTE** será considerada devedora da contribuição mensal relativa a cada rescisão antecipada do Contrato de aprendizagem não informada, até o mês da comunicação formal à **CONTRATADA**, nos termos da alínea "o" da Cláusula 3ª;

5.2. Caso necessário(s) custo(s) adicional(is) e/ou contratação(ões) específica(s) relacionados ao atendimento de aprendiz com deficiência ou para operacionalização de Processos Seletivos Personalizados, a **CONTRATADA** compromete-se a entregar à **CONTRATANTE** Proposta(s) Personalizada(s) para o pleno atendimento e inserção desse aprendiz à formação técnico-profissional metódica, contendo a especificação do(s) custo(s) e/ou contratação(ões), bem como os respectivos valores eventualmente envolvidos. Tais custos e/ou contratações só poderão ser assumidos pela **CONTRATADA** se a **CONTRATANTE** conferir aceite formal à(s) citada(s) Proposta(s), devendo ser assinada(s) pelos representantes legais da **CONTRATANTE**, inclusive porque tal(is) Proposta(s) passará(rão) a fazer parte integrante e indissociável do presente Contrato.

5.4. Os valores de Contribuição Institucional estão previstos no item 11 do Anexo I.

5.5. O valor previsto nos item 11 do Anexo I deste Contrato, será atualizado no mês indicado no referido item, em regime de competência, pela variação do INPC (IBGE) verificada nos 12 meses imediatamente anteriores.





Fis nº 141
 Rubrica [assinatura]

ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

5.6. Caso a **CONTRATANTE** não receba quaisquer dos boletos até a data de vencimento, deverá emitir o competente boleto no Portal da **CONTRATADA** na internet ou contatar a **CONTRATADA**, não sendo justo motivo para pagamento em atraso o não recebimento do boleto.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA POR INADIMPLEMENTO

6.1. Em caso de atraso no pagamento dos valores indicados nas Cláusulas Quarta e Quinta acima, incidirão sobre os valores em atraso multa de 2% (dois por cento) e juros de mora conforme o índice de remuneração da poupança, sem prejuízo da **CONTRATANTE** responder por eventuais perdas e danos comprovadamente causados à **CONTRATADA**.

6.2. As Partes pactuam que o recebimento com atraso, por parte da **CONTRATADA**, não constituirá novação ou renúncia às estipulações deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E MÚTUAS

7.1. As Partes se comprometem a conduzir suas atividades de maneira ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos legais.

7.2. - As Partes se obrigam a cumprir, ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, conselheiros, administradores, diretores, superintendentes, funcionários, agentes ou eventuais subcontratados, enfim, quaisquer representantes (denominados "Colaboradores"), os termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), bem como demais leis, normas e regulamentos que versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública (denominada "Leis Anticorrupção").

7.3. - As Partes se obrigam a abster-se de agir de forma lesiva à administração pública nacional, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, e de praticar quaisquer atos ou atividades que facilitem, constituam ou impliquem no descumprimento da legislação anticorrupção em vigor, devendo:

- a) Manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas;
- b) Dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais elegíveis que venham a se relacionar com a outra Parte, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste Contrato;
- c) Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente a outra Parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

7.4. - A **CONTRATANTE** declara, neste ato, que está ciente, conhece e entende os termos do "Código de Conduta de Parceiros e Fornecedores" do CIEE, disponível no website: <https://portal.ciee.org.br/institucional/compliance/>, e se compromete a observá-lo e cumpri-lo para a execução do objeto deste instrumento.

7.5. - A **CONTRATANTE** assume que, até onde é de seu conhecimento, nem ela nem nenhum de seus Colaboradores estão sendo investigados por qualquer autoridade ou órgão público, bem como não há qualquer processo administrativo ou judicial em curso contra ela e/ou qualquer de seus Colaboradores, cujo objeto seja o descumprimento de Leis Anticorrupção.

CLÁUSULA OITAVA - DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO DO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO

8.1. O Contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- a) desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
- b) falta disciplinar grave;
- c) ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
- d) a pedido do aprendiz;
- e) fechamento do estabelecimento, quando não houver a possibilidade de transferência do aprendiz sem que isso gere prejuízo ao próprio aprendiz;
- f) morte do empregador constituído em empresa individual;
- g) rescisão indireta.

8.1.1. As hipóteses previstas nas alíneas acima devem ser sempre justificadas e/ou comprovadas por expresso e por escrito e, quando o caso, deve ser precedida de laudo de avaliação, ou documento que o valha, firmado pela Instrutora de Aprendizagem.





ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E ESTABILIDADE PROVISÓRIA

9.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante formalização de Termo Aditivo, após assentimento prévio das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência, conforme artigo 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

9.2. O presente Contrato poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, desde que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para posterior celebração do Termo de Rescisão.

9.3. Permanece a efetividade das cláusulas previstas neste instrumento a situações decorrentes dos efeitos deste instrumento, mesmo com o término da vigência.

9.4. Em razão da vigência determinada de cada Contrato de Aprendizagem, bem como da equivalência da contratação do aprendiz, aplicar-se-á também aos aprendizes os casos de estabilidade provisória nos termos da legislação trabalhista e demais normas aplicáveis à aprendizagem, situação em que o encerramento deste Contrato não implica na obrigação da **CONTRATADA** rescindir antecipadamente Contrato(s) de Aprendizagem vigente(s) quando da data do citado encerramento da parceria, cabendo, conseqüentemente, à(s) **CONTRATANTE(S)** repassar(em) à **CONTRATADA**, o valor da contribuição institucional de cada aprendiz e todas as verbas trabalhistas, custos e encargos devidos, nos termos da lei aplicável e deste instrumento, até o final da vigência do(s) Contrato(s) de Aprendizagem firmado(s), para cumprimento exclusivo da cota de aprendizes de cada **CONTRATANTE**.

9.4. Nos casos de gravidez, de acidente e serviço militar, os Contratos de Aprendizagem serão prorrogados até o final da estabilidade gestacional, ou acidentária, ou término do serviço militar, cabendo à **CONTRATANTE** o repasse das verbas trabalhistas e demais encargos previstos neste contrato à **CONTRATADA**, pelo prazo remanescente do contrato de aprendizagem devidamente prorrogado.

9.4.1. Caso a gravidez da adolescente/jovem venha a ser constatada após o seu desligamento, caberá à **CONTRATANTE** arcar com o valor da indenização correspondente à data do desligamento até o final da estabilidade gestacional, nos termos da legislação trabalhista e demais normas aplicáveis à aprendizagem.

9.5. A **CONTRATANTE** se responsabiliza por todo e qualquer questionamento relacionado com o objeto deste contrato, não apenas na esfera judicial, como também na administrativa, especialmente, mas não se limitando, os advindos dos órgãos que fiscalizam as relações de trabalho e emprego.

CLÁUSULA DECÍMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Prefeitura Municipal de Itabaiana conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- ✓ 0204 – Secretaria de Administração e da Gestão das Pessoas.
- ✓ 04.122.0001.2009 – Manutenção da Secretaria de Administração e da Gestão das Pessoas.
- ✓ 3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- ✓ 3390.3905 – Serviços Técnicos Profissionais.
- ✓ Fonte - 1001

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

11.1. Para efeito da presente cláusula e eventuais anexos do presente Contrato, serão consideradas as seguintes definições:

- (a) **"Dados Pessoais"**: qualquer informação obtida em razão do presente instrumento, relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como por exemplo: nome, CPF, RG, endereço residencial ou comercial, número de telefone fixo ou móvel, endereço de e-mail, informações de geolocalização, entre outros.
- (b) **"Dados Pessoais Sensíveis"**: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;





ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

Fis nº 143
Rubrica

- (c) **"Dado anonimizado"**: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- (d) **"Titular dos dados"**: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- (e) **"Tratamento"**: qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas com dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, o registro, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, a eliminação ou a destruição.
- (f) **"Controlador"**: a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.
- (g) **"Operador"**: parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do Controlador.
- (h) **"Autoridade Nacional de Proteção de Dados"**: órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei Federal nº 13.709/2018 no território nacional.
- (i) **"Incidentes"**: qualquer acesso, aquisição, uso, modificação, divulgação, perda, destruição ou dano acidental, ilegal ou não autorizado que envolva dados pessoais.

11.2. Considerando o Tratamento de Dados Pessoais que é realizado pelas Partes ou suas afiliadas, seus funcionários, representantes, contratados ou outros, as partes devem garantir que qualquer pessoa envolvida no Tratamento de Dados Pessoais em seu nome, em razão deste instrumento, cumprirá esta cláusula, sendo que as partes atuarão conjuntamente nas operações que tratem Dados Pessoais:

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: nomeado e identificado conforme informação constante no seguinte *link*:
<https://portal.ciee.org.br/privacidade-e-protecao-de-dados/>

E-mail: privacidade@ciee.org.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA, ESTADO DE SERGIPE.

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: nomeado e identificado conforme informação constante no seguinte *link*:
<https://itabaiana.se.gov.br/esic>

E-mail: ouvidoria@itabaiana.se.gov.br

11.3. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob prejuízo da parte infratora responder pelas perdas e danos devidamente apuradas.

11.4. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, sem prejuízo de perdas e danos.

[Handwritten Signature]



ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

11.5. As Partes reconhecem que os Dados Pessoais Sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, quando houver operações de Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, deve ser garantido que as proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas, como por exemplo, a criptografia. As Partes concordam em realizar o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis apenas quando estritamente necessário para cumprir com as disposições contratuais.

11.6. A **CONTRATANTE** assegurará que os Dados Pessoais não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento expresso do detentor dos dados ou quando não haja base legal. Caso seja ajustada entre as partes estas operações de tratamento, a **CONTRATANTE** deverá garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste instrumento. A **CONTRATANTE** será responsável por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais, como se as tivesse realizado.

11.7. As partes se comprometem a instituir e manter um programa abrangente de segurança e governança de dados pessoais. Esse programa deverá estabelecer controles técnicos e administrativos apropriados para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos Dados Pessoais objeto de Tratamento, além de garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados e demais normas que versem sobre privacidade e proteção de dados pessoais. Isso inclui a implementação de "Políticas Internas" que estabeleçam, dentre outras regras: (i) como os titulares de dados são informados quando do tratamento de dados pessoais; (ii) quais são as medidas de segurança aplicadas (técnicas e procedimentais) que garantam a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações; (iii) como é realizada a gestão de crise, em caso de ocorrência de incidentes envolvendo dados pessoais; (iv) qual o procedimento instituído que garante a constante atualização destas medidas; (v) a limitação e controle de acesso aos Dados Pessoais; (vi) a revisão periódica das medidas implementadas; (vii) condução de constantes treinamentos com os funcionários da companhia.

11.8. A **CONTRATANTE** manterá devidamente atualizados os registros das operações de Tratamento de Dados Pessoais, que conterá a categoria dos dados tratados, os sujeitos envolvidos na atividade, qual a finalidade de tratamento realizada e por quanto tempo os dados pessoais serão processados e armazenados após o cumprimento de sua finalidade originária.

11.9. As Partes concordam e declaram possuir medidas implementadas para proteger as informações pessoais tratadas, possuir uma política de segurança da informação instituída, a qual deverá determinar medidas técnicas e administrativas capazes de garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas. Tal política deverá instituir, mas não limitar a:

a) condução de constantes treinamentos com os funcionários da companhia; e

b) possuir medidas técnicas de controle, que deverá possuir, no mínimo:

b.1) sistema de detecção de invasão ou tentativa de invasão pela internet, incluindo, mas não se limitando à contenção de vírus e drives maliciosos;

b.2) solução que possibilite a encriptação dos dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, quando necessário e de acordo com o nível de sensibilidade e volume das informações; e

b.3) um profissional designado e instituído em tempo integral, para figurar como ponto focal responsável pelas medidas de segurança aplicadas.

11.10. Com a celebração do presente instrumento, a **CONTRATANTE** declara estar ciente que a **CONTRATADA** tem a faculdade de conduzir auditorias e autoriza, mediante prévia notificação, a condução dessas em seus sistemas e/ou procedimentos internos relacionados ao programa interno de privacidade e governança de dados pessoais. Este procedimento poderá ser conduzido pela **CONTRATADA**, parceiros, ou terceiros contratados para esta finalidade. Quando da realização deste procedimento, deverá a **CONTRATANTE** garantir: (i) pleno acesso às instalações e arquivos de informações (físicos ou eletrônicos); e (ii) pleno apoio de seus funcionários para a condução das diligências necessárias. Na hipótese de identificação de inconsistências ou irregularidades quando da condução das auditorias, deverá a **CONTRATANTE** providenciar a imediata remediação, comprovando à **CONTRATADA**, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito horas), as medidas mitigadoras adotadas.

11.11. As partes concordam que qualquer auditor ou empresa de segurança terceirizada que celebre um contrato com a **CONTRATANTE** deverá (i) usar as informações confidenciais da **CONTRATANTE** somente para fins de inspeção ou auditoria; (ii) manter as informações confidenciais da **CONTRATANTE** (incluindo quaisquer informações relativas a seus outros clientes) confidenciais; e (iii) tratar os Dados Pessoais em observância às regras aqui estabelecidas para o Tratamento de Dados pela **CONTRATANTE**.

11.12. Sempre que necessário, deverá a **CONTRATANTE** auxiliar à **CONTRATADA** no atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, providenciando, de forma imediata: (i) a confirmação da existência do tratamento; (ii) o acesso aos dados pessoais tratados; (iii) a





ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados; (iv) a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos dados pessoais; (v) a portabilidade dos dados pessoais; (vi) informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais foi realizada o compartilhamento de dados; (vii) informar as consequências da revogação do consentimento; e (viii) informar os fatores que levaram a uma decisão automatizada. Igualmente a **CONTRATANTE** deverá assegurar que as informações pessoais tratadas em razão da finalidade celebrada neste instrumento permaneçam corretas e devidamente atualizadas, devendo as informações desatualizadas serem imediatamente corrigidas ou excluídas.

11.13. Caso seja necessária a transferência internacional de Dados Pessoais para o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** deverá implementar as medidas de segurança necessárias para a garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais transferidos.

11.14. A **CONTRATANTE** deverá elaborar um plano escrito e estruturado para casos de ocorrência de incidentes envolvendo Dados Pessoais. Entende-se como incidentes, qualquer perda, deleção, ou exposição indevida ou acidental das informações pessoais. O plano de resposta deverá conter, minimamente:

- Notificação à **CONTRATADA**, a qual deverá ocorrer de maneira imediata, contendo, no mínimo (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela **CONTRATANTE** (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação destes indivíduos; (v) dados de contato do Encarregado pela Proteção de Dados da **CONTRATANTE**, ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vi) descrição das possíveis consequências do evento;

11.14.1. A seguir, e após ajuste prévio entre as partes, deverá a **CONTRATANTE** providenciar:

- A notificação dos indivíduos afetados, mediante texto previamente aprovado pela **CONTRATADA**.
- A notificação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, mediante texto previamente aprovado pela **CONTRATADA**.
- A adoção de um plano de ação que pondere os fatores que levaram à causa do incidente e aplique medidas que visem garantir a não recorrência deste evento.

11.14.2. Para os incidentes que envolvam Dados Pessoais causados em razão de conduta única e exclusiva da **CONTRATANTE**, esta ficará responsável por adotar as medidas acima descritas, bem como adimplir com eventuais sanções determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

11.14.3. Caso a **CONTRATADA** assuma tais sanções, poderá exercer o direito de regresso perante à **CONTRATANTE**, ficando este instrumento contratual constituído como título executivo extrajudicial.

11.15. A **CONTRATANTE** deverá, sob o comando ou não da **CONTRATADA**, ou quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, devolver os dados pessoais compartilhados em razão das finalidades previamente pactuadas e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos. Não obstante, em caso de comando expresso, por escrito, da **CONTRATADA**, deverá a **CONTRATANTE** manter em arquivo os dados pessoais compartilhados para cumprimento da finalidade determinada pelo presente instrumento, por tempo determinado pela **CONTRATADA**.

11.16. Caso a **CONTRATANTE** seja destinatária de qualquer ordem judicial ou comunicação oficial que determine o fornecimento ou divulgação de informações pessoais, deverá notificar a **CONTRATADA**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre o ocorrido, oportunizando a adoção, em tempo hábil de medidas legais para impedir ou mitigar os efeitos decorrentes da divulgação dos dados pessoais relacionados a esta requisição ou objetos desta.

11.17. A **CONTRATANTE** será responsável por quaisquer reclamações, perdas e danos, despesas processuais judiciais, administrativas e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da **CONTRATADA**, multas, inclusive, mas não se limitando àquelas aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, além de qualquer outra situação que exija o pagamento de valores pecuniários, quando os eventos que levaram a tais consequências decorrerem de: (i) descumprimento, pela **CONTRATANTE**, ou por terceiros por ele contratados, das disposições expostas neste instrumento; (ii) qualquer exposição acidental ou proposital de dados pessoais; (iii) qualquer ato da **CONTRATANTE** ou de terceiros por ele contratados, em discordância com a legislação aplicável à privacidade e proteção de dados.

11.17.1. Para os fins do caput da Cláusula 11.17, a **CONTRATANTE** resguardará os interesses da **CONTRATADA**, prestando, inclusive, as garantias necessárias à sua eventual desoneração.

11.17.2. Nas demandas processuais administrativas, arbitrais, judiciais e extrajudiciais, em razão do presente instrumento, que tramitarem somente em face da **CONTRATANTE**, este se obriga a notificar a **CONTRATADA** para que tenha conhecimento do processo.




 Fls nº 146
 @
 Rubrica

ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

11.17.3. Caso a **CONTRATADA** tenha interesse, poderá ingressar no processo judicial como assistente litisconsorcial, nos termos do artigo 124 do Código de Processo Civil, hipótese em que todas as despesas processuais, correção monetária, juros e honorários advocatícios serão de inteira responsabilidade da **CONTRATANTE**.

11.17.4. A **CONTRATADA** poderá denunciar à lide em face da **CONTRATANTE** quando esta, por qualquer motivo, não tenha sido parte do processo, nos termos dos artigos 125 e ss.. do Código de Processo Civil, hipótese em que a **CONTRATANTE** assumirá, perante o juízo, integral responsabilidade pelos danos causados e despesas incorridas.

11.18. Não obstante qualquer disposição em contrário, as obrigações da **CONTRATANTE** definidas neste Contrato, perdurarão enquanto a **CONTRATANTE** continuar a ter acesso, estiver na posse, adquirir ou realizar qualquer operação de Tratamento aos Dados Pessoais obtidos em razão da relação contratual com a **CONTRATADA**, mesmo que o presente instrumento tiver expirado ou sido rescindido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Caso a **CONTRATADA** seja notificado para esclarecer eventual divergência nos contratos firmados com os aprendizes contratados sob a égide desse Contrato, a **CONTRATANTE** ficará responsável por responder aos devidos questionamentos que possam surgir de todos os órgãos, incluindo, mas não se limitando, ao Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Sindicatos, Conselho Tutelar etc. Caso os devidos questionamentos sejam enviados diretamente à **CONTRATANTE**, deverá a **CONTRATANTE**, antes de apresentar a sua resposta, dar ciência à **CONTRATADA** do teor do documento enviado, possibilitando a **CONTRATADA**, ainda, o direito de ajustar o posicionamento da **CONTRATANTE**.

12.2. Fica expressamente convencionado que, na hipótese de uma das partes ser autuada, notificada, intimada ou condenada, por qualquer obrigação de responsabilidade da outra parte, seja de que natureza for, mesmo após o término do Contrato, a parte inocente deverá notificar a parte infratora para que esta, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento de tal notificação, cumpra a obrigação determinada.

12.3. As Partes acordam em realizar a revisão dos valores ora contratados na hipótese de criação, extinção ou ainda, alteração de alíquotas de quaisquer dos tributos, impostos, contribuições, taxas e encargos de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratação dos Aprendizes e devidos na forma da lei durante o prazo de vigência do presente Contrato que impliquem em acréscimo ou decréscimo do valor total contratado, a fim de adequá-lo à nova realidade.

12.4. Na hipótese de alteração legislativa que promova quaisquer alterações nas relações jurídicas pertinentes ao Contrato de aprendizagem que impliquem em majoração dos custos diretos ou indiretos da contratação, estes custos serão repassados à **CONTRATANTE**.

12.5. Eventuais casos omissos ou lacunas serão resolvidos pelas partes de acordo com os princípios da teoria geral dos contratos e boa-fé, com base na legislação aplicável em território nacional.

12.6. A **CONTRATADA** não será responsabilizada por perda, extravio, prejuízo, dano material ou moral de qualquer natureza, decorrentes de atos ou omissões do Aprendiz no ambiente de aprendizagem prática, cuja supervisão é de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

12.7. As Partes declaram e garantem que estão livres e desimpedidas e que os termos e condições aqui acordados não infringe direta ou indiretamente qualquer obrigação assumida previamente, seja entre elas ou com terceiros. As Partes declaram e garantem, ainda, que têm poderes para celebrar e cumprir plenamente com todas obrigações previstas neste Instrumento.

12.8. A **CONTRATANTE** assume a responsabilidade exclusiva de todos os custos e despesas provenientes de eventuais notificações, citações, autuações, intimações, depósitos recursais ou condenações de demandas ajuizadas pelos aprendizes contratados sob a égide desse Contrato. Caso a **CONTRATADA** seja acionado judicial ou administrativamente, deverá informar ao **CONTRATANTE**, que assumirá a resposta administrativa, ou o polo passivo da demanda e irá requerer a imediata exclusão da **CONTRATADA**, ou, sendo indeferido esse pedido pela autoridade administrativa ou judicial, a **CONTRATANTE** deverá provisionar valores de perda possível dessas demandas, a pedido e por ordem da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

13.1. As Partes, desde já, se obrigam por si, seus diretores, funcionários ou pessoal contratado, a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e quaisquer informações relacionada às atividades da Partes diversa, das quais venha a ter conhecimento ou acesso em razão do cumprimento do presente Contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, sem a prévia e expressa autorização da Parte contrária, responsabilizando-se, em caso de descumprimento dessa obrigação assumida, por eventuais perdas e danos, lucros cessantes e demais cominações legais.





ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

13.2. Não serão consideradas informações confidenciais: (i) aquelas que sejam de domínio público antes de sua revelação à Parte contrária; (ii) aquelas que se tomem de domínio público por qualquer meio que não uma violação das obrigações previstas neste Contrato; e (iii) aquelas requisitadas por autoridade governamental ou decisão judicial, desde que a Parte receptora notifique previamente a outra parte.

13.3. As obrigações assumidas nesta Cláusula tornar-se-ão válidas a partir da data de assinatura do presente instrumento e subsistirão a rescisão, rescisão ou término do presente ajuste, por qualquer motivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, alcançando as Partes, seus representantes e sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA QUARTA DA PUBLICIDADE:

A publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. De comum acordo, as partes elegem o Foro da Comarca de Itabaiana, Estado de Sergipe, renunciando, desde logo, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão que se originar deste Contrato, e que não possa ser resolvida amigavelmente.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes, na presença de 02 (duas) testemunhas, podem assinar o presente Termo Aditivo, eletronicamente, mediante o uso de assinatura eletrônica ou digital, usando plataforma segura e certificada, concordando, ainda, em arquivar a sua via contratual da forma que melhor atender seus interesses, ressaltando que a assinatura eletrônica ou digital expressa a sua real, livre e manifesta vontade, assegurando total e absoluta ausência de dolo, culpa ou coação, ou quaisquer tipos de vícios hábeis a tornar nulo ou anulável o referido instrumento.

Tratando-se de vias impressas, estando às partes de acordo, para o mesmo efeito de direito, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam os devidos efeitos legais.

Itabaiana/SE, 8/9/2021 | 06:59:51 PDT

ADAILTON RESENDE SOUSA
Prefeito do Município de Itabaiana/SE

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA -
CIEE**

DocuSigned by:

EB78E06187E6461...

carimbo e assinatura

DocuSigned by:

6B6ABD67EAB0471...

carimbo e assinatura

DocuSigned by:

C2790199527E4E5...

Testemunhas:

DocuSigned by:

EA6DADF445E34C1...

Nome: Sandra de Andrade Santana

CPF: 002.702.395-88

DocuSigned by:

15BA4C6E0C544A0...

Nome: ALESSANDRO SALVATORE MAXIMILIANO ATTINA

CPF: 59774797515





ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

Fis nº 148
0

ANEXO I AO CONTRATO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM CIEE EMPREGADOR

1. TIPO DE EMPRESA

Privada Economia Mista Pública

2. ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

(exceto nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Pernambuco)

Apenas no CNPJ registrado no preâmbulo do Contrato Todas as filiais da empresa* Todas as filiais e empresas do Grupo**

(*) Anexar relação de filiais com endereço completo, municípios, UF e CNPJ.

(**) Anexar relação de filiais, endereço completo, municípios, UF e CNPJ e, também, cópias dos atos constitutivos e/ou documentos correlatos (como uma ATA de Assembleia, p.ex.) que comprovem expressamente que as empresas fazem parte de um mesmo grupo e que – sendo o caso – uma responde administrativa e financeiramente pela outra.

3. JORNADA DOS APRENDIZES

4 horas 6 horas 4 e 6 horas

4. SALÁRIO DOS APRENDIZES

Salário mínimo/hora
 100% Salário mínimo vigente para 6h/dia e 66,67% do salário mínimo vigente para 4h/dia
 Salário conforme cálculo MTb para 31 dias
 CCT vigente 100% do salário normativo/acordo salário normativo/acordo proporcional à jornada de trabalho quantidade de empregados atuais da empresa _____ (necessário para enquadramento do valor do salário a ser praticado)
 condição mais favorável a critério da contratante:

Jornada de 6 h - salário de R\$ _____, Mês de correção: _____, índice de correção: _____
 Jornada de 4 h - salário de R\$ _____, mês de correção: _____, índice de correção: _____

OBS: OBRIGATÓRIO anexar cópia da Convenção Coletiva/Acordo da categoria, por região de atendimento.

5. PROVISÃO DE FÉRIAS, TERÇO LEGAL E 13º SALÁRIO

Provisionados e pagos mensalmente Pagos na ocorrência do fato gerador

6. PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE E GRAU DE RISCO

Periculosidade – Sim Não - Indicar o valor em porcentagem do adicional devido: _____ %
 Insalubridade – Sim Não - Indicar o valor em porcentagem do adicional devido: _____ %

OBS: OBRIGATÓRIO a apresentação da cópia do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

7. DESLOCAMENTO DO APRENDIZ EM TRANSPORTE FRETADO PELA CONTRATANTE

Não será concedido vale transporte já que a região não dispõe de transporte público coletivo, serão contratados somente jovens que comprovem residência em Itabaiana e nas proximidades da Prefeitura.

8. BENEFÍCIOS

Refeitório ou espaço para alimentação dos aprendizes

A contratante fornecerá diretamente alimentação em refeitório próprio? Sim Não
 A contratante fornecerá somente o local apropriado para que os aprendizes possam realizar suas refeições Sim Não

Vale Refeição (VR)

Fornecido pelo CIEE – para os dias capacitação Teórica e Prática - Valor individual: R\$ _____/dias úteis do mês
 Fornecido pelo CIEE – apenas para os dias capacitação Teórica - Valor individual: R\$ _____/dias úteis do mês
 Não será fornecido

Deve ser descontado a participação do aprendiz?


 Fls nº 149

ESTADO DE SERGIPE
Prefeitura Municipal de Itabaiana

() Sim – Indique valor (em reais ou porcentual): _____ (X) Não

Outras informações sobre Vale Refeição:

Recebe VR nas Férias? () Sim (X) Não Recebe VR no afastamento? () Sim (X) Não

Tipo de Afastamento: _____

(*)Tipos de Afastamentos: Licença maternidade, Aux. Doença, Acidente de trabalho, Afastamento Militar, etc.

Vale Alimentação (VA)

() Fornecido pelo CIEE – Valor mensal: R\$ _____ () Fornecido pela contratante (X) Não será fornecido

Deve ser descontado a participação do aprendiz?

() Sim – Indique valor (em reais ou porcentual): _____ (X) Não

Seguro Odonto

Fornecido pelo CIEE: extensivo aos dependentes legais

() sim (X) não

Seguro Saúde

Fornecido pelo CIEE: extensivo aos dependentes legais

() sim (X) não

9. UNIFORME PARA CAPACITAÇÃO PRÁTICA E CRACHÁ (MODELO CIEE)

Uniforme

() Colete – Quantidade: 16 unidades () Camisa tipo gola polo – Quantidade: ____ (x) Não utiliza

Crachá

Fornecido pelo CIEE? Sim () Não (X) Fornecido pela Contratante? Sim () () Não

10. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO

Será ressarcido o CIEE mensalmente por aprendiz contratado ao abrigo deste Contrato, o valor de R\$ 8,46 (oito reais e quarenta e seis centavos) a título do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, em cumprimento a Norma Regulamentadora – NR 7, valor que será reajustado no mês de janeiro de cada ano. Não estão contemplados neste valor os custos dos exames complementares a serem realizados por conta do cargo a ser ocupado pelo jovem aprendiz.

11. CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL (CI)

Valor inicial da Contribuição Institucional: **R\$ 407,00 (quatrocentos e sete reais)** por aprendiz/mês. **Mês de Atualização: Julho**

Data de vencimento: dia 20.

Índice de Atualização da CI é o INPC (índice nacional de preço ao consumidor)

12. PRAZO DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** deve efetuar o pagamento do boleto bancário à **CONTRATADA**, referente à prestação de contas, até o dia 20 (vinte) do mês de recebimento do boleto.

IMPORTANTE: Caso a abrangência da contratação envolva outras filiais e/ou empresas do grupo com condição diferenciada, esse formulário deverá ser preenchido para respectiva filial e/ou empresa do grupo, especificando tal condição.

Itabaiana/SE, 8/9/2021 | 06:59:51 PDT

Assinatura(s) Contratante _____
 Órgão: **PREFEITURA DE ITABAIANA**
 CNPJ: 13.104.740/0001-10

DocuSigned by:

EB78E96107E6461...

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FC46C059117341C6BCA10B96B52F5BCF

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Contrato empregador - PREFEITURA DE ITABAIANA.pdf

CENTRO_CUSTO: ADMINISTRACAO ARACAJU

UNIDADE_CIEE: Aracajú

Envelope fonte:

Documentar páginas: 12

Assinaturas: 6

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 3

Rubrica: 68

Ana Paula Almeida Silva

Assinatura guiada: Ativado

Rua Tabapuã, 540 - Itaim Bibi

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SP, SP 04533-001

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

anapaula_silva@ciee.org.br

Endereço IP: 163.116.224.118

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Ana Paula Almeida Silva

Local: DocuSign

06/08/2021 05:12:52

anapaula_silva@ciee.org.br

Status: Original

Portador: Segurança da Informação CIEE

Local: DocuSign

09/08/2021 07:00:07

seguranca@ciee.org.br

Eventos do signatário

Ana Paula Almeida Silva

anapaula_silva@ciee.org.br

Analista de Contratos e Licitações Pleno

Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE – SP
– Adm ContratosNível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

Juliana Monteiro Perdigão Castro

juliana_castro@ciee.org.br

Ciee

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

ALESSANDRO SALVATORE MAXIMILIANO

ATTINA

alessandro_salvatore@ciee.org.br

Gerente Regional Nordeste

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Não disponível através da DocuSign

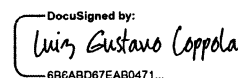
Luiz Gustavo Coppola

luiz@ciee.org.br

Superintendente Nacional de Atendimento

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:****Assinatura**Adoção de assinatura: Imagem de assinatura
carregada

Usando endereço IP: 163.116.224.118

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 163.116.224.114Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 163.116.224.118Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 201.27.138.97**Registro de hora e data**

Enviado: 06/08/2021 05:23:07

Visualizado: 06/08/2021 05:23:17

Assinado: 06/08/2021 05:23:30

Enviado: 06/08/2021 05:23:33

Visualizado: 06/08/2021 05:26:50

Assinado: 06/08/2021 05:27:30

Enviado: 06/08/2021 05:27:34

Visualizado: 06/08/2021 06:20:47

Assinado: 06/08/2021 06:21:43

Enviado: 06/08/2021 06:21:47

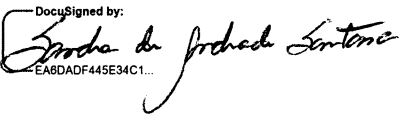
Visualizado: 06/08/2021 06:22:36

Assinado: 06/08/2021 06:22:58

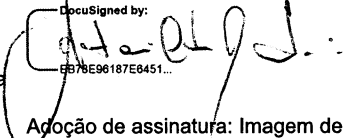
Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
-----------------------	------------	-------------------------

Não disponível através da DocuSign		
Marcelo Gallo marcelo_gallo@ciece.org.br Superintendente de Operações Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  C2790199527E4E5... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.224.119	Enviado: 06/08/2021 06:23:02 Visualizado: 06/08/2021 12:18:29 Assinado: 06/08/2021 12:18:49

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não disponível através da DocuSign

Sandra de Andrade Santana sandrasantana.ita@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  EA6DADF445E34C1... Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada Usando endereço IP: 177.20.215.121	Enviado: 06/08/2021 12:18:54 Visualizado: 09/08/2021 04:02:46 Assinado: 09/08/2021 04:22:06
---	---	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não disponível através da DocuSign

Adailton Resende Sousa adailtonprefeitodobem@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  B77BE96187E6451... Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada Usando endereço IP: 177.20.215.121	Enviado: 09/08/2021 04:22:13 Reenviado: 09/08/2021 04:36:09 Visualizado: 09/08/2021 06:51:41 Assinado: 09/08/2021 06:59:51
--	--	---

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não disponível através da DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------------	------------	-------------------------

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
------------------------------	--------	-------------------------

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
-----------------------------	--------	-------------------------

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
-----------------------------------	--------	-------------------------

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
---------------------------------	--------	-------------------------

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
------------------	--------	-------------------------

Analistas analisedecontratos@ciece.org.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 09/08/2021 06:59:58
---	----------------	------------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não disponível através da DocuSign

Fabiana Silva gestãodocumental@ciece.org.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 09/08/2021 07:00:00
---	----------------	------------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não disponível através da DocuSign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data	Rubrica
FRANKLIM DE JESUS NUNES franklim_nunes@ciee.org.br Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE – Atendimento Personalizado Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign	Copiado	Enviado: 09/08/2021 07:00:01	

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/08/2021 05:23:07
Entrega certificada	Segurança verificada	09/08/2021 06:51:41
Assinatura concluída	Segurança verificada	09/08/2021 06:59:51
Concluído	Segurança verificada	09/08/2021 07:00:01

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------